



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

**Resolução-CSDP nº 156, de 17 de março de 2017.**

**(Publicada no DOE nº 4.831, de 22 de março de 2017)**

***Cria, no âmbito dos Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas- NUAmac's, Coletivo Permanente tendo como objeto a discussão das questões de sexualidade e gênero.***

**O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**, Órgão de Administração Superior, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 055, de 27 de maio de 2009, e artigo 102, da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994:

**CONSIDERANDO** que constituem objetivos fundamentais da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana, a afirmação do Estado Democrático de Direito e a prevalência e efetividade dos direitos humanos, consoante o artigo 1º-B, incisos I, II e III, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** que são funções institucionais da Defensoria Pública promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, bem como promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, conforme se depreende do artigo 2º, incisos III e X, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** que constituem, igualmente, funções institucionais da Defensoria Pública, nos termos do artigo 2º, incisos XI e XVI, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009, exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, bem como atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de interiorizar a atuação da Defensoria Pública no que tange as questões de sexualidade e gênero, até então concentrada na Capital do Estado, através do Núcleo da Diversidade Sexual (NUDIS);

**CONSIDERANDO** que a partir da instituição da figura jurídica dos “Coletivos Permanentes”, que são organismos que visam à difusão perene de políticas específicas, composto por membros, servidores da Defensoria Pública e representantes da sociedade civil, o que promoverá maior integração das atividades dos núcleos especializados com a comunidade;

**CONSIDERANDO** o poder normativo do Conselho Superior, insculpido no artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009, e artigo 102, da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica criado, na estrutura de cada um dos Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas - NUAmac's, Coletivos Permanentes destinados à defesa e promoção dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros- LGBT's, para discussões das questões de sexualidade e gênero, que será composto por 4 (quatro) membros assim distribuídos:

- I- O coordenador do respectivo NUAmac, a quem caberá a presidência dos trabalhos e o voto de qualidade nas eventuais deliberações do Coletivo Permanente, bem como a supervisão das atividades a serem desenvolvidas;
- II- 1 (um) membro integrante dos quadros da Defensoria Pública, podendo ser Defensor Público ou servidor efetivo, comissionado ou voluntário;
- III- 2 (dois) membros representantes da sociedade civil.

Art. 2º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO TOCANTINS

Art. 3º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, 17 de março de 2017.

**MURILO DA COSTA MACHADO**  
Presidente do CSDP